

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	11

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	61.791
Preferenciais	0
Total	61.791
Em Tesouraria	
Ordinárias	3
Preferenciais	0
Total	3
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	3.117.830	0
1.01	Ativo Circulante	2.460.058	0
1.01.01	Disponibilidades	11.253	0
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	398.507	0
1.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	398.507	0
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	2.135	0
1.01.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	2.135	0
1.01.06	Operações de Crédito	1.723.078	0
1.01.06.01	Operações de Crédito	1.329.277	0
1.01.06.03	Valores a Receber relativos a transações de pagamento	1.005.922	0
1.01.06.04	Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-612.121	0
1.01.09	Outros Valores e Bens	325.085	0
1.01.09.01	Outros Ativos	325.085	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	657.723	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	105.110	0
1.02.02.02	Títulos e valores mobiliários	105.110	0
1.02.05	Operações de Crédito	7.790	0
1.02.05.01	Operações de crédito	55.405	0
1.02.05.02	Valores a Receber relativos a transações de pagamento	423	0
1.02.05.03	Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-48.038	0
1.02.07	Outros Créditos	226.041	0
1.02.07.01	Ativos Fiscais Diferidos	226.041	0
1.02.08	Outros Valores e Bens	318.782	0
1.02.08.01	Outros ativos	318.782	0
1.03	Ativo Permanente	49	0
1.03.04	Intangível	49	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	3.117.830	0
2.01	Passivo Circulante	1.574.675	0
2.01.01	Depósitos	455.612	0
2.01.01.01	Depósitos a prazo	455.612	0
2.01.04	Relações Interfinanceiras	1.028.820	0
2.01.04.01	Obrigações por transações de pagamento	1.028.820	0
2.01.09	Outras Obrigações	90.243	0
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	47.223	0
2.01.09.04	Provisões	9.641	0
2.01.09.06	Outras obrigações	33.379	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.035.939	0
2.02.01	Depósitos	1.034.714	0
2.02.01.01	Depósitos a prazo	1.034.714	0
2.02.04	Relações Interfinanceiras	423	0
2.02.04.01	Obrigações por transações de pagamento	423	0
2.02.09	Outras Obrigações	802	0
2.02.09.02	Provisões	802	0
2.05	Patrimônio Líquido	507.216	0
2.05.01	Capital Social Realizado	773.355	0
2.05.02	Reservas de Capital	-45	0
2.05.02.01	Ações em tesouraria	-45	0
2.05.04	Reservas de Lucro	5.241	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	5.241	0
2.05.04.07.01	Outros resultados abrangentes	5.241	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-271.335	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	150.432	0
3.01.01	Rendas de Operações de Crédito	140.908	0
3.01.02	Resultado de Oper. com Tít. e Val. Mobiliários	8.682	0
3.01.03	Operações com cessão de ativos financeiros	842	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-259.285	0
3.02.01	Despesa de captação	-45.539	0
3.02.02	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-213.746	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	-108.853	0
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-45.064	0
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	91.216	0
3.04.02	Despesas de Pessoal	-208	0
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-88.884	0
3.04.04	Despesas Tributárias	-10.376	0
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	6.620	0
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-43.432	0
3.05	Resultado Operacional	-153.917	0
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-153.917	0
3.09	IR Diferido	61.567	0
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	-92.350	0
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	-1,5	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-92.350	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.908	0
4.02.01	a) itens que poderão ser reclassificados para o resultado	1.908	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-90.442	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-182.484	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	123.748	0
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	-153.917	0
6.01.01.02	Amortização de Ágio em Compra de Carteira	18.761	0
6.01.01.03	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	213.746	0
6.01.01.05	Amortização de Intangível	2	0
6.01.01.07	Amortização de Custos de Transação na Emissão de Instrumentos de Captação	1.505	0
6.01.01.08	Despesas Incorridas de Captação	43.651	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-306.232	0
6.01.02.01	(Aumento) Diminuição em Instrumentos Financeiras	-69.219	0
6.01.02.02	(Aumento) Diminuição em Outros Ativos	-138.228	0
6.01.02.03	Aumento (Diminuição) em Obrigações Por Transações de Pagamento	-106.026	0
6.01.02.04	Aumento (Diminuição) em Fiscais e Previdenciárias	785	0
6.01.02.05	Aumento (Diminuição) em Provisões	-2.956	0
6.01.02.06	Aumento (Diminuição) em Outras Obrigações	9.412	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11	0
6.02.01	Aquisição de intangível	-11	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	201.424	0
6.03.01	Emissão de instrumentos de captação	204.795	0
6.03.02	Resgate de Captação - Principal	-1.105	0
6.03.03	Juros Pagos	-94	0
6.03.04	Custos de transação sobre emissão de instrumentos de captação	-2.172	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	18.929	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	390.831	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	409.760	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	773.355	-45	0	0	-236.858	3.333	539.785
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	57.873	0	57.873
5.02.01	Ajuste líquido pela adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966	0	0	0	0	57.873	0	57.873
5.03	Saldo Ajustado	773.355	-45	0	0	-178.985	3.333	597.658
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-92.350	0	-92.350
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1.908	1.908
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.908	1.908
5.13	Saldo Final	773.355	-45	0	0	-271.335	5.241	507.216

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Justificativa: A DMPL comparativa não sera apresentada em função da vigência da Resolução CMN nº 4.966 que facultou a apresentação das demonstrações financeiras comparativas com o ano de 2025

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	30.736	0
7.01.01	Intermediação Financeira	150.432	0
7.01.02	Prestação de Serviços	91.216	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-213.746	0
7.01.04	Outras	2.834	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-45.539	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-128.419	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-73.257	0
7.03.04	Outros	-55.162	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	-143.222	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	-143.222	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	-143.222	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	-143.222	0
7.09.01	Pessoal	175	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	162	0
7.09.01.02	Benefícios	6	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	7	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-51.157	0
7.09.02.01	Federais	-53.708	0
7.09.02.03	Municipais	2.551	0
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	110	0
7.09.03.01	Aluguéis	1	0
7.09.03.02	Outras	109	0
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	-92.350	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-92.350	0

Comentário do Desempenho**DM FINANCEIRA S.A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

A Instituição registrou prejuízo líquido no trimestre de R\$ 92 milhões, devido exclusivamente, pelo alto volume aplicado na Provisão de Perdas esperadas no valor de R\$ 214 milhões. É esperado um cenário desafiador para o exercício de 2025, porém, é importante ressaltar que a operação é superavitária do ponto de vista de Fluxo de Caixa Operacional, e que os prejuízos aqui demonstrados refletem apenas a posição contábil (dada as regras de provisionamento de créditos adotadas por esta Companhia, em conformidade com Banco Central).

Notas Explicativas



Demonstrações Financeiras Intermediárias

Individuais

31 de março de 2025

DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.



Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras | 31 de março de 2025

Conteúdo

1. Relatório da administração
2. Relatório dos auditores independentes
3. Balanços patrimoniais
4. Demonstrações dos resultados
5. Demonstrações dos resultados abrangentes
6. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
7. Demonstrações dos fluxos de caixa
8. Demonstrações do valor adicionado
9. Notas explicativas às demonstrações financeiras

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório da Administração

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Senhores Acionistas, Clientes e Parceiros

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Companhia” ou “DM Financeira”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais acompanhadas das Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondentes ao semestre findo em 31 de março de 2025, aprovadas em 15 de maio de 2025.

Sobre a Companhia

A DM Financeira foi constituída em 12 de setembro de 1962 e tem por objetivo a realização de operações ativas de financiamento para a aquisição de bens e serviços e de financiamento de capital de giro, e passivas, na obtenção de recursos de terceiros, mediante o aceite de letras de câmbio, a captação de recursos oficiais para repasse e a captação de recursos no mercado interfinanceiro, e outras operações permitidas às entidades da espécie.

Política de distribuição de dividendos

O Acordo de Acionistas do Grupo DM, assegura aos acionistas, estatutariamente, o dividendo mínimo obrigatório de 30% do saldo remanescente do lucro líquido em cada exercício.

Objetivos estratégicos

A objetivo da Companhia é de ampliar a gama de produtos e serviços ofertados, incluindo a oferta de financiamentos, empréstimo pessoal, outras espécies de operações de crédito e contas de pagamento pré-pagas. Em sinergia com as demais empresas do Grupo DM, entendem os controladores que poderão incentivar a ampliação e reativação de cartões, ampliação da base de clientes, diminuição dos custos das operações de crédito, e inclusão dos estabelecimentos comerciais no universo do seu público-alvo com relação à concessão de crédito.

Comentário econômico

Para 2025, a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) projeta que o PIB do Brasil deva crescer 2,1%. Isso representa uma desaceleração frente aos anos anteriores.

A taxa básica de juros (SELIC) fechou o trimestre em 14,25% a.a. com expectativa de novos aumentos nas próximas reuniões do COPOM.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório da Administração

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

Responsabilidade socioambiental

Nosso propósito é valorizar as pessoas sem deixar ninguém para trás, simplificando e democratizando o acesso aos serviços financeiros para milhões de pessoas de forma inclusiva, transparente e com o pensamento digital visando a felicidade e compartilhando com as partes interessadas.

O Grupo DM entende que atuar com responsabilidade social é agir de maneira ética e transparente em todas as suas operações, valorizar e garantir a integração das dimensões social e ambiental e assume o compromisso com a responsabilidade socioambiental, na região de sua atuação, contribuindo para a melhora da qualidade de vida das comunidades, colaborando para o crescimento econômico consciente, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social, através de seus negócios e contribui para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando que os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável.

Auditoria e serviços de não auditoria

A Companhia informa que não possui nenhum vínculo com os auditores independentes ou qualquer parte relacionada a eles, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

Agradecimentos gerais

Agradecemos aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços.

São José dos Campos, 15 de maio de 2025.

A Administração.

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



Ativo	Nota Explicativa	31/03/2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/03/2025
Circulante		2.460.058	Circulante		1.574.675
Disponibilidades	3	11.253	Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		1.484.432
Instrumentos Financeiros		2.735.841	Depósitos a prazo	4.4	455.612
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.1	398.507	Obrigações por transações de pagamento	4.5	1.028.820
Títulos e valores mobiliários	4.2	2.135	Outras Obrigações		90.243
Operações de crédito	4.3	1.329.277	Fiscais e previdenciárias	6.a)	47.223
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	1.005.922	Provisões	6.b)	9.641
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(612.121)	Outras obrigações	6.c)	33.379
(-) Operações de crédito	4.3	(575.863)			
(-) Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	(36.258)			
Outros Ativos	5	325.085	Não Circulante		1.035.939
Não circulante		657.772	Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		1.035.137
Instrumentos Financeiros		160.938	Depósitos a prazo	4.4	1.034.714
Títulos e valores mobiliários	4.2	105.110	Obrigações por transações de pagamento	4.5	423
Operações de crédito	4.3	55.405	Outras Obrigações		802
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	423	Provisões	6.b)	802
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(48.038)	Patrimônio Líquido	8	507.216
(-) Operações de crédito	4.3	(47.971)	Capital social		773.355
(-) Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	(67)	Outros resultados abrangentes		5.241
Ativos fiscais diferidos	11.2	226.041	Lucros/(Prejuízos) acumulados		(271.335)
Outros Ativos	5	318.782	(-) Ações em tesouraria		(45)
Intangível		49			
Total do Ativo		3.117.830	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.117.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas Explicativas**DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Período de três meses findos em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ações)



		Período de 3 meses
	Nota	01/01/2025 a
	Explicativa	31/03/2025
Receitas de Intermediação Financeira		150.432
Operações de crédito	9.1.a)	140.908
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	9.1.b)	8.682
Operações com cessão de ativos financeiros	9.1.c)	842
Despesas da Intermediação Financeira		(45.539)
Despesas de captação	9.1.d)	(45.539)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(213.746)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.3	(213.746)
Resultado de Intermediação Financeira		(108.853)
Receita/(Despesas) Operacionais		(45.064)
Receita de prestação de serviços	9.2.a)	91.216
Despesas de pessoal	9.2.b)	(208)
Despesas administrativas	9.2.c)	(88.884)
Despesas tributárias	9.2.d)	(10.376)
Provisões	9.2.e)	-
Outras receitas operacionais	9.2.f)	6.620
Outras despesas operacionais	9.2.g)	(43.432)
Resultado Operacional		(153.917)
Resultado Não Operacional	10.1	-
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		(153.917)
Tributos Sobre o Lucro		61.567
Imposto de renda	11.1	-
Contribuição social	11.1	-
Ativo fiscal diferido	11.2	61.567
Lucro/(Prejuízo) Líquido do período		(92.350)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação em R\$		(1,5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Período de três meses findos em 31 de março de 2025
(Em milhares de Reais)



Nota Explicativa	Período de 3 meses
	01/01/2025 a 31/03/2025
Lucro/(Prejuízo) Líquido do semestre	(92.350)
Outros Resultados Abrangentes do Período, Segregados em:	
a) itens que poderão ser reclassificados para o resultado	1.908
Ajuste a valor justo de TVM na categoria VJORA	3.181
Imposto diferido s/ TVM na categoria VJORA	(1.273)
b) itens que não poderão ser reclassificados para o resultado	-
Resultado Abrangente do semestre	(90.442)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial				
Saldos em 31 de dezembro de 2024		773.355	-	-	-	3.333	(236.858)	(45)	539.785
Ajuste líquido pela adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966		-	-	-	-	-	57.873	-	57.873
Ajuste a valor justo de TVM na categoria VJORA		-	-	-	-	3.181	-	-	3.181
Imposto diferido s/ TVM na categoria VJORA		-	-	-	-	(1.273)	-	-	(1.273)
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	(92.350)	-	(92.350)
Saldos em 31 de março de 2025		773.355	-	-	-	5.241	(271.335)	(45)	507.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Período de três meses findos em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



		Período de 3 meses
	Nota	01/01/2025 a
	Explicativa	31/03/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(153.917)
Ajustes por:		
Amortização de ágio em compra de carteira	9.1.g)	18.761
Amortização de intangível	9.1.c)	2
Provisão/(reversão) de contingências	9.1.e)	-
Amortização de custos de transação na emissão de instrumentos de captação	4.4	1.505
Despesas incorridas de captação	4.4	43.651
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		213.746
Resultado líquido ajustado		123.748
<i>(Aumento) diminuição em ativos operacionais:</i>		
Instrumentos financeiros		96.392
Operações de crédito		(165.611)
Outros ativos		(138.228)
<i>Aumento (diminuição) em passivos operacionais:</i>		
Obrigações por transações de pagamento		(106.026)
Fiscais e previdenciárias		785
Provisões		(2.956)
Outras obrigações		9.412
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais		(182.484)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível		(11)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimento		(11)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de instrumentos de captação	4.4	204.795
Resgate de captação - principal	4.4	(1.105)
Juros pagos	4.4	(94)
Custos de transação sobre emissão de instrumentos de captação	4.4	(2.172)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento		201.424
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		18.929
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	3	390.831
No fim do período	3	409.760
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		18.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas Explicativas**DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO****DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Período de três meses findos em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



Descrição	Período de 3 meses
	01/01/2025 a 31/03/2025
1 - RECEITAS	30.736
Intermediação Financeira	150.432
Prestação de Serviços	91.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	(213.746)
Outras receitas	2.834
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(45.539)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(128.419)
Materiais, energia e outros	-
Serviços de terceiros	(73.257)
Outros insumos	(55.162)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	(143.222)
5 – DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	(143.220)
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	(143.220)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Pessoal	175
Remuneração	162
Benefícios	6
F.G.T.S	7
Impostos, taxas e contribuições	(51.155)
Federais	(53.706)
Municipais	2.551
Remuneração de capitais de terceiros	110
Aluguéis	1
Doações	109
Remuneração de Capitais Próprios	(92.350)
Dividendos	-
Lucros retidos / (Prejuízo) do período	(92.350)
9 - VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	(143.220)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Companhia”, “Instituição” ou “DM Financeira”), foi constituída em 12 de setembro de 1962 e tem por objetivo a realização de operações ativas de financiamento para a aquisição de bens e serviços e de financiamento de capital de giro, e passivas, na obtenção de recursos de terceiros, mediante o aceite de letras de câmbio, a captação de recursos oficiais para repasse e a captação de recursos no mercado interfinanceiro, e outras operações permitidas às entidades da espécie.

A Companhia é instituição financeira privada de capital aberto, sob forma de sociedade por ações com autorização para funcionamento junto ao Banco Central do Brasil (“BACEN”) e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 - Parque Res. Aquarius - 3º andar - Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870.

As ações da Companhia foram admitidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “DMFN3” (anteriormente “FNCN3”).

A partir do exercício 2025 a Companhia pretende fechar seu Capital e sair da Bolsa de Valores (B3).

2 POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**2.1 Declaração de conformidade, base de elaboração e aprovação das Demonstrações Financeiras Intermediárias**

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/1976 das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (“BACEN”), do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), se adotados e homologados pelo BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e CVM. A Companhia adotou o disposto na Resolução CMN nº 4.818/20 complementada pela Resolução BCB nº 02/20 e Instrução CVM nº 480/09.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação de capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



A Companhia optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, por isso estão com sados zerados, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito), nas demonstrações financeiras intermediárias, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários e os ganhos e perdas não realizados registrados no Patrimônio Líquido na conta Outros Resultados Abrangentes – ORA, foram ajustados em contrapartida ao valor do ativo em 1º de janeiro de 2025 (quando aplicável).

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2025 foi autorizada pela Diretoria em 15 de maio de 2025.

2.2 Normas, alterações e interpretações aplicáveis no período ou em períodos futuros

2.2.1 Normas emitidas, vigentes a partir do exercício corrente

Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A regulamentação segue alinhamento contábil com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos.

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 - As normas se complementam e seguem um processo de alinhamento contábil com as práticas internacionais de contabilidade (“IFRS”) e apresentam detalhamentos sobre conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram ser registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas.

A reconciliação do patrimônio líquido da Companhia demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está demonstrado na tabela a seguir:

Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	539.785
Perda de crédito esperada para operações de crédito	96.452
Imposto diferido	(38.581)
Patrimônio líquido conforme a Resolução CMN 4.966/21 em 1º. de janeiro de 2025	597.656

Em 01 de janeiro de 2025, não houve outros impactos na adoção da resolução 4.966, incluindo impactos decorrentes da alteração de categoria dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**2.2.2 Normas emitidas, não vigentes**

A Resolução BCB nº 352/23, que trata de critérios contábeis para instrumentos financeiros, teve vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, com a implementação de determinados procedimentos de contabilização. A implementação total das disposições da resolução, incluindo a contabilidade de hedge, está prevista para 1º de janeiro de 2027, conforme o artigo 1º da resolução, que define que a aplicação da Resolução BCB nº 352, de 2023, se dará em duas etapas.

A partir de 1º de janeiro de 2024, as instituições financeiras implementaram os novos procedimentos de contabilização previstos na Resolução BCB nº 352/23, que incluem a classificação dos ativos financeiros em três categorias (custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado). A partir de 1º de janeiro de 2027, as instituições devem implementar a contabilidade de hedge, com a designação e o reconhecimento de relações de proteção.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas.

2.4.1 Expectativa de realização do ativo fiscal diferido

As estimativas refletidas na contabilidade em forma de diferenças temporárias requerem a constituição de ativo diferido fiscal, que poderão ser dedutíveis em períodos futuros. A realização esperada do ativo fiscal diferido é estimada com base na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, observando o histórico de rentabilidade. As principais premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros são: variáveis macroeconômicas, taxas de juros, volume de operações financeiras, informações internas dos negócios, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

2.4.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



Conforme item 2.5.3, ii, os instrumentos financeiros são categorizados em três níveis de hierarquia. Para instrumentos classificados como Nível 3, a Administração tem que usar uma quantidade significativa do próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo de mercado. Esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o próprio julgamento, analisamos a extensão das referências de mercado disponíveis ou modelagem necessária em processos com terceiros. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar no reconhecimento de uma receita ou despesa registrada para uma determinada posição.

2.4.3 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. As operações de crédito são classificadas como não problemáticas, problemáticas adimplidas e problemáticas inadimplidas, considerando histórico de pagamento dos clientes, dias de atraso e acordos vigentes. A nota explicativa 2.5.2 demonstra como são classificadas as operações de crédito.

Ao aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão para as perdas prováveis na realização dos créditos, a Companhia observa:

- Os critérios para classificação das operações de crédito;
- Os modelos quantitativos e pressupostos apropriados para a mensuração das perdas de crédito;
- O agrupamento de operações de créditos semelhantes; e
- O nível ou percentual de provisão de acordo com a classificação da operação.

2.4.4 Passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e divulgados em demonstrações financeiras intermediárias sempre que for avaliado como possível, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

2.5 Principais práticas e políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as principais práticas e políticas materiais, conforme segue:

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**2.5.1 Caixa e equivalentes a caixa**

São representados por disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo ou para assegurar ao usuário final, a possibilidade do resgate total, a qualquer tempo, dos saldos existentes em contas de pagamento pré-pagas, conforme regulamentação específica.

Conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa item 7, adotado pelo BACEN através da Resolução nº 4.818/20, entende-se como equivalente de caixa, as aplicações financeiras de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias (três meses) a contar da data da aquisição.

2.5.2 Instrumentos financeiros**i. Ativos e passivos financeiros**

São representados por direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais classificados e mensurados nas categorias:

Custo Amortizado (CA): geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é de receber ou pagar os respectivos fluxos de caixas contratuais, sendo o fluxo de caixa futuro contratualmente constituído apenas de pagamento de principal e juros sobre o principal nas datas especificadas;

Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA): geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno pelo recebimento ou dos fluxos de caixa contratuais ou venda do ativo com transferência substancial de riscos e benefícios, sendo o fluxo de caixa futuro contratualmente constituído apenas de pagamento de principal e juros sobre o principal nas datas especificadas. Os ganhos ou perdas classificadas nessa categoria são registrados no patrimônio líquido, subgrupo de outros resultados abrangentes (ajustes de avaliação patrimonial); e

Valor Justo no Resultado (VJR): geridos dentro de modelo de negócios não enquadrados nas categorias anteriores, sendo o fluxo de caixa futuro contratualmente constituído não apenas de pagamento de principal e juros sobre o principal nas datas especificadas.

Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são:

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São representados por operações realizadas entre instituições financeiras com objetivo administrar a liquidez do sistema financeiro e atender às necessidades imediatas de caixa. São exemplos mais comuns as aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**b) Títulos e Valores Mobiliários**

São representados por títulos negociáveis no mercado financeiro, emitidos por entidades públicas ou privadas. São exemplos as aplicações em títulos de renda fixa, renda variável e cotas de fundo de investimentos.

c) Operações de crédito

São direitos contratuais realizados entre duas partes (credor e devedor) que celebram transações na qual o credor coloca à disposição do devedor (com ou sem destinação específica, a depender da modalidade da operação) recursos financeiros que serão devolvidos em um prazo determinado acrescido de juros e taxas. As principais modalidades de operações de crédito são:

Empréstimos: são as operações vinculadas ao cartão de crédito rotativo (inadimplido) e de empréstimos pessoais;

Valores a receber: relativos a transações de pagamento na modalidade de compra à vista e parcelado sem juros atrelados ao cartão de crédito, reconhecidos pelo valor presente, apurados com base nas taxas contratuais de cada contrato.

Na oferta, contratação ou prestação de serviços de operações de crédito, a Companhia observa a Resolução CMN nº 5.004 de 24 de março de 2022.

A Companhia apresenta saldos de direitos creditórios, reconhecidos pelo valor presente, apurados com base nas taxas contratuais de cada contrato.

d) Cessões de crédito

A Companhia realiza cessões de crédito de acordo Resolução CMN nº 2.836 de 30 de maio 2001, art. 6º. As cessões de operações de crédito são realizadas sem coobrigação pela Companhia com liquidação à vista por parte do cessionário. Em atendimento ao § 3º da referida norma, o valor contábil cedido e efeito no resultado estão divulgados nas notas explicativas nº 3.4.h) e 8.1.c) respectivamente.

As cessões de operações de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que determina que os ativos financeiros sejam baixados se a venda da carteira for sem retenção dos riscos e benefícios.

A Cessão pela bancarização de operações de crédito é classificada como Valor Justo no Resultado (VJR).

ii. Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros

Com base na Resolução CMN N.º 4.924/21 e CPC 46 – Mensuração do valor justo (aprovado e homologado pelo BACEN) o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

Nível 1: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos.

Nível 3: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.

Se os dados do Nível 3 são considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve alto grau de julgamento e premissas da administração.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



A Companhia possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação.

2.5.3 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

É apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As operações de crédito são classificadas como não problemáticas, problemáticas adimplidas e problemáticas inadimplidas, sendo: (i) não problemáticas: operações que não apresentam problema de recuperação ou possuem atraso de até 90 dias no recebimento de parcelas; (ii) problemáticas adimplidas: operações que apresentem indicativos de que a contraparte não tem capacidade financeira de honrar suas obrigações ou ativos que estão em processo de cura (dívida renegociada); e (iii) problemáticas inadimplidas: operações que apresentam atraso superior a 90 dias no recebimento de parcelas composto por saldo de principal e encargos.

As receitas e encargos das operações de crédito vencidas até 90 dias, são apropriadas no resultado do período (*pro rata temporis*). Para operações classificadas com problema de recuperação (atraso superior a 90 dias), as receitas e encargos são apropriados ao resultado quando ocorrer o efetivo recebimento das parcelas em atraso.

As operações são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação quando atingem 511 dias de atraso no pagamento de parcelas.

As operações de crédito renegociadas são classificadas como problemáticas adimplidas até que haja fatos, evidências e indicativos suficientes para reclassificação da operação para classificação de não problemáticas.

2.5.4 Apuração de PIS e COFINS

A Companhia apura a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) sobre alíquota de 0,65% e o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre alíquota de 4% pelo regime cumulativo com base na Instrução Normativa RFB nº 2121, de 15 de dezembro de 2022.

2.5.5 Apuração de Imposto Sobre Serviços (ISS)

A Companhia apura e recolhe o Imposto Sobre Serviços (ISS) na cidade de São José dos Campos, onde a alíquota é de 5%.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**2.5.6 Apuração de imposto de renda e contribuição social**

A provisão para Imposto de renda é constituída considerando a alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 mil no ano. A Contribuição Social sobre o lucro é apurada considerando a alíquota de 15%. A Companhia está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real e procede com o pagamento mensal dos impostos pela estimativa quando há existência de lucro.

2.5.7 Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

Os créditos tributários são constituídos com base na Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020. A norma determina efetuar o registro contábil de ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido somente quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- Haja expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuros para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; e
- Apresentem histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluído o exercício em referência.

Com a mudança de controle acionário da Companhia a partir de 30 de junho de 2022, o art. 4º, inciso II da Resolução CMN nº 4.842/20 não se aplica a DM Financeira.

O Estudo técnico de que trata a Resolução CMN nº 4.842/20, foi elaborado e aprovado pelo conselho de administração da Companhia em 31 de março de 2025 referente a data base de 31 de dezembro de 2024.

2.5.8 Despesas antecipadas

Despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros. Os saldos registrados em despesas antecipadas são reconhecidos imediatamente no resultado quando há liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**2.5.9 Ativo Imobilizado**

Os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado adotados pela Companhia são realizados de acordo com a Resolução CMN nº 4.535 de 24 de novembro de 2016. Os imobilizados de uso são bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das suas atividades ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

Os ativos imobilizados de uso são reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos pela depreciação ao longo de sua vida útil. A depreciação corresponde ao valor de custo de aquisição dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso.

2.5.10 Ativo Intangível

Os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo intangível adotados pela Companhia são realizados de acordo com a Resolução CMN nº 4.534 de 24 de novembro de 2016. Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia, destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição ou de desenvolvimento acrescido de eventuais impostos de importação ou não recuperáveis e demais custos diretamente atribuíveis, deduzidos quando aplicável, pela amortização ao longo da vida útil estimada do ativo.

2.5.11 Redução ao valor recuperável de ativos

Anualmente, e se houver evidência de perda, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável nos termos do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos aprovado pelo BACEN nos termos da Resolução CMN nº 4.924 de 24 de junho de 2021.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5.12 Ativos e passivos contingentes e Provisões

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos não esperados ou passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros e são avaliadas pela

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



Administração em conjunto com assessoria jurídica interna e externa. São reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras intermediárias quando for considerado provável ou certo a realização e os benefícios econômicos envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas ou passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN no 3.823/09.

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- a) Provável: são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- b) Possível: divulgados nas demonstrações financeiras intermediárias, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- c) Remoto: não requerem provisão e nem divulgação.

2.5.13 Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são oriundos das atividades de natureza ou operações realizadas de acordo com o objeto social da Companhia, previsto em seu Estatuto Social e que tenham previsibilidade de ocorrer com frequência.

Resultados não recorrentes são considerados pela Companhia aqueles que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as suas atividades de natureza e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

2.5.14 Transações com partes relacionadas

São transferências de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com disposto na Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (adotado e homologado pelo BACEN).

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**2.5.15 Apuração de resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

2.5.16 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos significativos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras intermediárias e a data de autorização para a sua emissão.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composto basicamente por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com vencimento até 90 dias, conforme segue:

	31/03/2025	Nível de valor Justo	Categoria
Disponibilidades	11.253		
Em moeda nacional	11.253		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	398.507		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	51.049	2	VJR
Compromissada com lastro em LTN	347.458	2	VJR
Caixa e equivalente de caixa	409.760		

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS**4.1 Aplicações interfinanceiras de liquidez****a) Composição da carteira**

	31/03/2025	Nível de valor Justo	Categoria
	Valor Justo (Contábil)		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	51.049	2	VJR
Compromissada com lastro em LTN	347.458	2	VJR
Total	398.507		

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**b) Vencimento da carteira**

	31/03/2025			
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	51.049	-	-
Compromissada com lastro em LTN	-	347.458	-	-
Total	-	398.507	-	-

c) Resultado da carteira

Os resultados obtidos com aplicações interfinanceiras de liquidez estão demonstrados na nota explicativa 9.1.b).

4.2 Títulos e valores mobiliários**a) Composição da carteira por título e categoria**

	31/03/2025			Nível de valor Justo	Categoria
	Custo de aquisição	Ajustes de valor de mercado	Valor Justo (Contábil)		
Títulos privados					
Cotas de fundos de investimento	-	-	2.135	2	VJR
Letras Financeiras do Tesouro	96.374	8.736	105.110	2	VJORA
Total	96.374	8.736	107.245		

b) Vencimento da carteira por categoria

	31/03/2025			
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
Cotas de fundos de investimento	2.135	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	105.110
Total	2.135	-	-	105.110

As cotas de fundos de investimento não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer tempo sem nenhuma vedação ou impedimento conforme regulamento do fundo.

c) Resultado da carteira

Os resultados obtidos com a carteira de títulos e valores mobiliários estão demonstrados na nota explicativa 9.1.b).

4.3 Operações de crédito

As operações de crédito são compostas por direitos creditórios representados por empréstimos e financiamentos e valores a receber relativos a transações de pagamento na modalidade de compra à vista e parcelado sem juros atrelados ao cartão de crédito, reconhecidos pelo valor presente, apurados com base nas taxas contratuais de cada contrato.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



Na oferta, contratação ou prestação de serviços de operações de crédito, a Companhia observa a Resolução CMN nº 5.004 de 24 de março de 2022.

a) Composição por tipo de operação de crédito

	31/03/2025	Nível de valor Justo	Categoria
Empréstimo Pessoal	54.480	3	CA
Capital de Giro	10.036	3	CA
Empréstimos - Cartão de crédito	969.100	3	CA
Financiamentos - Cartão de crédito	351.067	3	CA
Valores a receber relativos a transações de pagamento	1.006.344	3	CA
Total Carteira Bruta	2.391.027		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(660.159)		
Total Carteira Líquida	1.730.868		
Circulante	1.723.078		
Não Circulante	7.790		
Total Carteira Líquida	1.730.868		

b) Composição por faixa de vencimento

	31/03/2025	%
Créditos a Vencer:	1.462.789	61,18%
Até 30 dias	561.796	23,50%
De 31 a 60 dias	243.791	10,20%
De 61 a 90 dias	164.641	6,89%
De 91 a 180 dias	273.912	11,46%
De 181 a 360 dias	162.821	6,81%
Acima de 360 dias	55.828	2,33%
Créditos a Vencidos:	928.238	38,82%
Até 14 dias	74.041	3,10%
De 15 a 30 dias	33.672	1,41%
De 31 a 60 dias	55.252	2,31%
De 61 a 90 dias	57.341	2,40%
De 91 a 180 dias	177.091	7,41%
De 181 a 360 dias	419.591	17,55%
Acima de 360 dias	111.250	4,65%
Total da Carteira por vencimento	2.391.027	100,00%

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



c) Composição por modalidade, qualidade do ativo e provisão

31/03/2025				
Qualidade do ativo	Empréstimos e Financiamentos	Valores a receber relativos a transações de pagamento	Total	(-) Provisão
Não Problemáticos	541.035	989.073	1.530.108	(68.041)
Problemáticos Adimplidos	116.000	-	116.000	(61.944)
Problemáticos Inadimplidos	727.648	17.271	744.919	(530.174)
Total	1.384.683	1.006.344	2.391.027	(660.159)

A Companhia é enquadrada no nível de provisão de carteira C5 que corresponde a créditos voltado para consumo e antecipação de recebíveis, como operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor e crédito na modalidade de rotativo sem garantias ou colaterais.

d) Composição por tipo de cliente e setor de atividade econômica

	31/03/2025
Setor Privado	
Pessoas Físicas	2.380.991
Pessoas Jurídicas	10.036
Total da carteira	2.391.027

e) Aquisição de direitos creditórios

No 1º trimestre de 2025 não houve aquisição de direitos creditórios.

f) Movimentação das provisões para perdas esperadas

Saldo em 31.12.2024	(717.644)
Ajuste de prática contábil / adoção inicial Res. CMN nº 4.966	96.454
Constituição de provisão líquida de reversão	(213.746)
Transferências para prejuízo	174.777
Saldo em 31.03.2025	(660.159)

g) Bancarização e Cessão de operações de crédito

I. Bancarização

A Companhia, com base na Lei nº 10.931/04, através de contrato de prestação de serviços de Bancarização, formaliza operações de crédito por meio da Cédula de Crédito Bancário ("CCB") e cede tais operações no mesmo dia em que foram originadas para instituições não integrantes do Sistema Financeiro Nacional ("SFN"). A receita de prestação desse serviço é auferida pela cessão

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



das operações de crédito nos termos da Resolução CMN nº 2.836 de 30 de maio de 2001, atendendo aos critérios do art. 6º da referida base legal.

Os saldos de operações de crédito originadas e cedidas no período estão demonstrados abaixo:

	01/01/2025 a 31/03/2025
Originação de operações de crédito	1.036.954
Cessão de operações de crédito	(1.036.954)
Total	-

Os resultados obtidos com originação e cessão de operações de crédito estão demonstrados na nota explicativa nº 9.1.c).

II. Cessão de carteira

No 1º trimestre de 2025 não houve cessão de carteira.

4.4 Depósitos a prazo**a) Composição dos depósitos**

	31/03/2025	Categoria
Depósitos a prazo	1.490.326	CA
Total	1.490.326	
Circulante	455.612	
Não Circulante	1.034.714	
Total	1.490.326	

A remuneração dos depósitos varia entre 102% e 128% do CDI nos períodos de 2025 e 2024.

b) Movimentação dos depósitos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.243.746
Emissão de instrumentos de captação	204.795
Resgate de captação - principal	(1.105)
Juros pagos	(94)
Custos de transação sobre emissão de instrumentos de captação	(2.172)
Amortização de custos de transação na emissão de instrumentos de captação	1.505
Despesas incorridas de captação	43.651
Saldo em 31 de março de 2025	1.490.326

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



c) Vencimento dos depósitos

	31/03/2025
Vencimento:	
Até 3 meses	384.765
De 3 a 6 meses	4.691
De 6 a 12 meses	66.156
Acima de 12 meses	1.034.714
Total	1.490.326

Os vencimentos estão apresentados pelo montante de principal e juros, deduzidos dos custos de transação.

4.5 Obrigações por transações de pagamento

São obrigações do arranjo de pagamento associado a instrumento de pagamento pós-pago, substancialmente representado por valores a serem repassados às Bandeiras de cartão de crédito, em função de compras efetuadas pelos clientes com os cartões de crédito.

	31/03/2025
Contas a pagar Adquirência	1.004.705
Contas a pagar a estabelecimentos	18.641
Contas a pagar a Seguradoras	2.607
Programa de recompensas - CASHBACK	3.290
Total	1.029.243
Circulante	1.028.820
Não Circulante	423
Total	1.029.243

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**5 OUTROS ATIVOS**

	31/03/2025
Prêmio de Cessão ⁽¹⁾	389.077
Valores a Receber de Partes Relacionadas ⁽²⁾	233.816
Adiantamentos diversos ⁽³⁾	12.038
Impostos a recuperar e a compensar	1.298
Devedores diversos ⁽⁴⁾	4.747
Despesas antecipadas	2.562
Outros Créditos	29
Rendas a receber	300
Total	643.867
Circulante	325.085
Não Circulante	318.782
Total	643.867

(1) Corresponde à valores pagos (ágio) na aquisição de direitos creditórios associados a cartão de crédito junto a Credz conforme descrito na nota 4.3.e, sendo amortizado em resultado pelo prazo de 72 meses.

(2) Corresponde à valores a receber com a partes relacionadas relacionado a recebimentos de fatura/cobrança da carteira adquirida e contrato de mútuo no valor de R\$ 33.000 com vencimento em 10 de setembro de 2025 e R\$ 50.000 com vencimento em 02 de janeiro de 2026, ambos com remuneração CDI + 1% a.a.

(3) Corresponde substancialmente a adiantamento a fornecedores.

(4) Corresponde principalmente a valores a receber de bancos relativos a parcelas mensais de instrumento de pagamento pós-pago.

6 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	31/03/2025
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.076
Contribuição para o COFINS	2.400
IOF a Recolher	1.449
Impostos e contribuições serviços de terceiros	828
Programa de Integração Social - PIS	390
Impostos e contribuições sobre salários	25
Outros impostos e contribuições	55
Total	47.223

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**b) Provisões**

	31/03/2025
Circulante:	9.641
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	9.587
Provisão para despesas de pessoal	54
Não Circulante:	802
Provisão para contingências	802
Total	10.443

(1) Refere-se a contas a pagar relativo à prestação de serviços e outras despesas administrativas.

c) Outras obrigações

	31/03/2025
Valores a pagar a partes relacionadas ⁽¹⁾	18.725
Recursos de clientes ⁽²⁾	9.877
Fornecedores	3.947
Credores diversos	830
Total	33.379

(1) Refere-se principalmente a reembolso / rateio de despesas compartilhadas.

(2) Refere-se a saldo credor de clientes titulares de cartão de crédito.

7 PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES

No desempenho normal das atividades da Companhia, é comum surgirem processos judiciais de natureza trabalhista, fiscal e cível. Nesse sentido, a administração em consonância com as práticas contábeis entende como necessário, que haja constituição de provisão suficiente para atender às perdas esperadas decorrentes de ações judiciais contra a Companhia.

Na constituição das provisões são considerados a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro. Por este motivo, a Companhia não tem como prática divulgar estimativa com relação ao ano específico em que as ações judiciais serão encerradas.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**a) Provisões classificadas com perdas prováveis**

A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista e cível classificadas com probabilidade de perda provável e montante provisionado conforme segue:

Trabalhistas: São ações movidas por ex-colaboradores nas quais são pleiteados os direitos de natureza trabalhista, cujos objetos de discussão estão relacionados a danos morais, horas extras e equiparação salarial. A provisão constituída para ações de natureza trabalhista é de R\$ 0.

Cíveis: São ações de natureza indenizatória de danos morais e materiais referentes a produtos e serviços financeiros, cujos objetivos de discussão estão relacionados a cobrança indevida de juros, cadastro de restrições ao crédito (negativação), prescrição de dívidas, etc. A provisão constituída para ações de natureza cível é de R\$ 802.

Fiscais: São ações de questionamento relacionada a tributos, que podem eventualmente gerar autuações. A companhia não possui nenhuma ação dessa natureza em curso.

b) Provisões classificadas com perdas possíveis

Em 31 de março de 2025 a Companhia possui ações judiciais de natureza civil no valor de R\$ 4.144 classificadas com probabilidade de perda possível.

Para ações de natureza trabalhista e fiscal não foram apuradas causas com probabilidade de perda possível em 2025.

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de março de 2025 é de R\$ 773.355 representado por 61.794.078 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas e distribuídas entre os acionistas.

A distribuição do capital social da Companhia está demonstrada abaixo:

Composição em 31.03.2025			
Acionista	% de Participação	Qtde de Ações	Valor
DMCore Holding Financeira S.A.	99,92%	61.743.959	772.736
(-) Ações em tesouraria	0,00%	2.929	-
Acionistas não controladores	0,08%	47.190	619
	100,00%	61.794.078	773.355

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**b) Reserva de lucros - Legal**

A reserva legal é constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social realizado, ou a 30% acrescido das reservas de capital nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo de reserva legal é de R\$ 0.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas, estatutariamente, é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre do lucro líquido em cada exercício.

9 RESULTADO RECORRENTE**9.1 Receitas (Despesas) de Intermediação Financeira****a) Operações de crédito**

	Período de 3 meses
	01/01/2025 a
	31/03/2025
Empréstimos	113.288
Financiamentos	35.151
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	7.352
Descontos concedidos em renegociações	(14.883)
Total	140.908

b) Operações com títulos e valores mobiliários

	Período de 3 meses
	01/01/2025 a
	31/03/2025
Rendas com:	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.590
Títulos e valores mobiliários	92
Total	8.682

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



c) Operações com cessão de ativos financeiros

	Período de 3 meses
	01/01/2025 a
	31/03/2025
Bancarização de operações de crédito	842
Total	842

d) Composição da despesa de captação

	Período de 3 meses
	01/01/2025 a
	31/03/2025
Depósitos a prazo	(45.157)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(382)
Total	(45.539)

9.2 Outras Receitas (Despesas) Operacionais

a) Receita de prestação de serviços

	Período de 3 meses
	01/01/2025 a
	31/03/2025
Anuidade - Cartão de crédito	53.489
Tarifa de intercâmbio - Cartão de Crédito	25.473
Avaliação emergencial de crédito – Cartão de Crédito	7.921
Comissão seguros	1.946
Serviços de cobrança	1.095
Tarifa de abertura de crédito - TAC	831
Fornecimento de 2ª Via - Cartão de Crédito	22
Tarifa de saque - Cartão de Crédito	6
Comissão recarga celular	6
Outras tarifas	427
Total	91.216

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**b) Despesas de pessoal**

	Período de 3 meses
	01/01/2025 a
	31/03/2025
Proventos e ordenados	(162)
Encargos sociais sobre a folha	(40)
Benefícios a empregados	(6)
Total	(208)

c) Despesas administrativas

	Período de 3 meses
	01/01/2025 a
	31/03/2025
Despesas de serviços de terceiros	(45.427)
Despesas de processamento de dados	(27.888)
Rateio de despesas com serviços compartilhados ⁽¹⁾	(8.493)
Despesas com tarifas bancárias	(1.745)
Despesas de serviços técnicos especializados	(644)
Despesas de comunicações	(586)
Amortizações	(2)
Outras despesas administrativas	(4.099)
Total	(88.884)

(1) Refere-se ao rateio do centro de serviço compartilhado do Grupo DM.

d) Despesas tributárias

	Período de 3 meses
	01/01/2025 a
	31/03/2025
Despesa de contribuição à COFINS	(6.706)
Despesa de ISS	(2.386)
Despesa de contribuição ao PIS	(1.090)
Outras despesas tributárias	(194)
Total	(10.376)

e) Provisões

Não há despesas de provisões de contingências constituídas no período corrente.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



f) Outras receitas operacionais

	Período de 3 meses
	01/01/2025 a
	31/03/2025
Recuperação de encargos e despesas	3.786
Juros de operações com sociedades ligadas	2.698
Outras	136
Total	6.620

g) Outras despesas operacionais

	Período de 3 meses
	01/01/2025 a
	31/03/2025
Processamento de transações de pagamento	(22.880)
Amortização de ágio em compra de carteira	(18.761)
Consulta a órgãos de proteção ao crédito	(622)
Perdas em ações cíveis e trabalhistas	(234)
Outras Despesas	(935)
Total	(43.432)

10 RESULTADO NÃO RECORRENTE**10.1 Resultado Não Operacional**

Não houve resultado não recorrente no período corrente.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**11.1 Apuração do imposto de renda e da contribuição social**

A Companhia utiliza o regime de tributação pelo lucro real e procede ao pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social na existência de lucro. O cálculo dos impostos está assim representado:

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



	Alíquotas vigentes	31/03/2025
Resultado contábil antes da tributação sobre o lucro		(153.917)
Adições / (Exclusões)		153.917
(=) Lucro Real (prejuízo contábil) antes das compensações		-
(-) Base compensada - Ativo fiscal diferido		-
(=) Lucro real (prejuízo fiscal) apurado		-
a. IR apurado no período	25%	-
b. CS apurada no período	15%	-
(=) IR/CS Corrente apurado no resultado (a+b)		-
c. IR diferido	25%	38.479
d. CS diferido	15%	23.088
Constituição / (Realização) do ativo fiscal diferido no resultado (c+d)		61.567

11.2 Ativo fiscal diferido

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, foi elaborado estudo técnico demonstrando a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permite a realização do ativo fiscal diferido no prazo de até 10 (dez) anos. Considerando que há probabilidade da Companhia em gerar lucros tributáveis nos próximos anos, a expectativa de realização total dos créditos constituídos deverá ocorrer em até 05 (cinco) anos.

Pela adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.966/21 foi constituído um passivo diferido de R\$ 38.582.

a) Expectativa de realização do ativo fiscal diferido

Períodos	Realização / (constituição) de créditos tributários				Total	
	Prejuízo fiscal/Base negativa		Diferenças temporárias		31/03/2025	
	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente
2025	12.893	11.646	(32.885)	(29.703)	(19.992)	(18.057)
2026	16.545	13.056	(8.629)	(6.809)	7.916	6.247
2027	28.004	19.307	(19.700)	(13.582)	8.304	5.725
2028	24.394	14.687	32	19	24.426	14.706
2029	26.403	13.889	20.822	10.953	47.225	24.842
2030	21.526	9.893	51.664	23.743	73.190	33.636
2031	21.087	8.466	63.885	25.650	84.972	34.116
Total	150.852	90.944	75.189	10.271	226.041	101.215

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**b) Movimentação do ativo fiscal diferido**

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2025	Resultado líquido no exercício
Diferenças temporárias - PCLD	8.274	62.758	-	71.032	62.758
Diferenças temporárias - Provisões Passivas	5.346	(1.191)	-	4.155	(1.191)
Prejuízo Fiscal Acumulado - IR	94.284	-	-	94.284	-
Base Negativa - CSLL	56.570	-	-	56.570	-
Total do Ativo Fiscal Diferido	164.474	61.567	-	226.041	61.567
Diferenças temporárias - PCLD (Adoção Inicial 4.966)	-	38.582	-	-	38.582
Diferenças temporárias - Títulos e Valores Mobiliários	2.221	3.494	(2.221)	-	3.494
Total do Passivo Diferido¹	2.221	42.076	(2.221)	-	42.076

¹ O passivo diferido está demonstrado na nota explicativa 6.a) – Fiscais e Previdenciárias.

12 GESTÃO DE RISCOS

A Companhia possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução CMN nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017.

a) Estrutura e governança de gestão de riscos

A Companhia possui e segue política de gestão de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

A política de gestão de riscos da Companhia foi estabelecida pela Alta Gestão e contém em sua estrutura Comitês, responsáveis por monitorar os riscos inerentes às operações e processos, submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. A estrutura de Comitês permite apoiar a Diretoria na identificação e gerenciamento dos principais riscos que a empresa está sujeita, suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

b) Gestão risco de crédito

O risco de crédito é definido como o risco de incorrer perdas em empréstimos e recebíveis (existentes ou potenciais, devido a compromissos dados) resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores, o que pode resultar em inadimplência. A Companhia, em conformidade com as políticas internas de gerenciamento de riscos, alinhado as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil possui processos e ferramentas para mensurar, classificar, acompanhar e mitigar o risco de crédito. O gerenciamento do risco de crédito engloba a definição de limites de exposição do portfólio e o acompanhamento dos índices de inadimplência com o intuito de definir planos de ação em caso de desvio em relação à política e aos limites preestabelecidos.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



Os direitos sujeitos a risco de crédito junto a clientes em 31 de março de 2025 estão compostos abaixo:

	Nota Explicativa	31/03/2025	Nível de valor Justo	Categoria
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.2	105.110	2	VJORA
Operações de Crédito	4.3	1.384.682	3	CA
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	1.006.345	3	CA
Total		2.496.137		

c) Gestão de risco de liquidez

É a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios (descasamentos) entre ativos e passivos exigíveis, que possam afetar a capacidade da Companhia. A estrutura prevê o monitoramento diário dos descasamentos entre ativos e passivos que possam comprometer a Companhia de honrar seus compromissos, gerando informações à Tesouraria sobre possíveis exposições a riscos, para que ações corretivas sejam tomadas, baseadas em Políticas que regem o tema.

O impacto de caixa dos ativos e passivos financeiros de acordo com o seu vencimento contratual são demonstrados a seguir:

	Nota Explicativa	Saldo em 31/03/2025	Faixa de vencimento				Categoria
			Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 1 ano	
Ativos Financeiros:							
Disponibilidades	3	11.253	11.253	-	-	-	VJR
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.1	51.049	-	51.049	-	-	VJR
Compromissada com lastro em LTN	4.2	347.458	-	347.458	-	-	VJR
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.2	105.110	-	-	-	105.110	VJORA
Cotas de fundos de investimento	4.2	2.135	2.135	-	-	-	VJR
Direitos creditórios	4.3	2.391.027	-	1.898.466	436.733	55.828	CA
		2.908.032	13.388	2.296.973	436.733	160.938	
Passivos Financeiros:							
Depósitos a prazo	4.4	1.490.326	-	384.765	70.847	1.034.714	CA
Obrigações por transações de pagamento	4.5	1.029.243	-	764.050	264.770	423	CA
Obrigações fiscais e previdenciárias	6.a)	47.223	-	43.728	3.495	-	CA
Provisões	6.b)	10.443	-	9.641	-	802	CA
Outras obrigações	6.c)	33.379	-	33.379	-	-	CA
Total		2.610.614	-	1.235.563	339.112	1.035.939	

d) Risco de mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das oscilações nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, provenientes de variações ou flutuações de taxa de juros, índices e de câmbio. A Companhia monitora continuamente os riscos de mercado em que está exposta com o objetivo de mitigar eventuais riscos. A estrutura da Companhia prevê a mediação, monitoramento e controle das exposições aos riscos que age tempestivamente para mitigação de risco iminente.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



A Companhia possui direitos sujeitos a risco de mercado junto a instituições financeiras conforme demonstrados abaixo:

	Nota Explicativa	31/03/2025	Nível de valor Justo	Categoria
Disponibilidades	3	11.253		VJR
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.1	51.049	2	VJR
Compromissada com lastro em LTN	4.2	347.458	2	VJR
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.2	105.110	2	VJORA
Cotas de fundos de investimento	4.2	2.135	2	VJR
Total		517.005		

Análise de sensibilidade

Os rendimentos de aplicações financeiras são principalmente afetados pelas variações na taxa DI. Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	31/03/2025		
	<u>10%</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
	868	2.171	4.341

e) Risco de capital

A Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está exposta e planejar metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos.

A Companhia é instituição líder de conglomerado prudencial, classificada no conglomerado de TIPO 1 e está enquadrada no Segmento S4 desde dezembro de 2024, que utiliza a metodologia completa para apuração do Patrimônio de Referência (PR). De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/2021 o índice de Basileia mínimo para PR é de 8%, acrescentado de mais 2,5% de adicional, totalizando 10,5%.

O demonstrativo de apuração do índice de Basileia (IB) simplificado está demonstrado em bases consolidadas conforme abaixo:

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



	S4 31/03/2025
a. Patrimônio de Referência (PR) = (I+II)	453.854
I. Capital nível I	453.854
Capital Principal – CP	453.854
Capital Complementar - CC	-
II. Capital nível II	-
b. Exposição ao Riscos	3.333.357
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	2.835.420
Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	-
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	497.937
Risco Serviço de Pagamento (RWA_{SP})	-
c. Patrimônio de Referência (PR) exigido	266.669
d. Margem (insuficiência) do PR para o limite de Basileia (a - c)	187.185
e. IRRBB (RBAN)	2.084
f. Adicional de Conservação de Capital Principal	83.334
g. Margem do PR considerando RBAN (d - e)	185.101
h. Margem do PR considerando adicional de capital (d - f)	103.851
i. Índice de Basileia (a/b)	13,62%

O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos.

f) Risco operacional

É a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Os eventos de riscos operacionais incluem: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia; situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia ou a descontinuidade dos serviços prestados; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da Companhia, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento conforme a Resolução CMN nº 4.557/17.

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

**g) Risco cibernético**

É avaliada a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos, incidente este relacionado ao ambiente cibernético, que:

- Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou
- Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI. A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos. A Companhia possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.893/21.

h) Conformidade

A área de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17, monitorando a aderência ao arcabouço legal, à regulamentação infra legal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando pertinente, aos códigos de ética e de conduta. Não obstante, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente. A área de Compliance, por meio do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), monitora e gerencia os riscos nos termos da Resolução COAF nº 40/21 e Circular BACEN nº 3.978/20.

i) Controles internos

Os sistemas de controles internos devem ser contínuos e efetivos, abrangendo as atividades de controle para todos os níveis de negócios e para todos os riscos aos quais a instituição está exposta e tem como finalidade atingir os objetivos de:

- **Desempenho:** relacionado à eficiência e à efetividade no uso dos recursos nas atividades desenvolvidas;
- **Informação:** relacionado à divulgação voluntária ou obrigatória, interna ou externa, de informações financeiras, operacionais e gerenciais, que sejam úteis para o processo de tomada de decisão; e

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



➤ **Conformidade:** relacionado ao cumprimento de disposições legais, regulamentares e previstas em políticas e códigos internos.

A Companhia dispõe de atividade de auditoria interna, realizada por empresa terceirizada, que realiza a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e dos processos de controles internos, gerenciamento de riscos e governança corporativa da instituição. Atuam com independência, autonomia, imparcialidade, integridade e ética profissional. Os apontamentos identificados pela auditoria interna são tratados pela Companhia, buscando seguir as melhores práticas de mercado e manter controles adequados à estrutura da empresa.

13 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades, as condições de mercado são mantidas para operações com partes relacionadas, ou seja, entre a Companhia e outras empresas do grupo DM que são ligadas direta e/ou indiretamente aos acionistas da Companhia. As operações com partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

Operação	Partes relacionadas	31/03/2025	
		Ativos (passivos)	Receitas (Despesas)
Bancarização	DM PL	642.925	643
Bancarização	Fortbrasil Instituição de Pagamento S.A	394.029	200
Contas a receber	DM Instituição de Pagamento S.A	181.028	-
Contas a receber	DM PL	51.143	-
Contas a receber	DM Meios de pagamento LTDA	1.000	-
Contas a pagar	DMCARD Proc. Dados e Central de atend. LTDA	(18.718)	(18.718)
Contas a pagar	DM Meios de pagamento LTDA	(7)	-
	Total	1.251.400	(17.875)

Referente a operação de Bancarização, verificar a nota explicativa 4.4, h).

a. Remuneração da diretoria

Em 2025, o pró-labore pago à administração foi de R\$74.

14 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2025.

Tharik Camocardi de Moura

Notas Explicativas

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)



Diretor e Relação com Investidores

Denis César Correia

Diretor Presidente

Bruno Pascele Piva

Controller CRC 1SP 267.093/O-2

Carolina Camacho de Paula

Contadora CRC 1SP 317.067/O-7

Notas Explicativas



@vocedm



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da
DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
São José do Campos - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – Demonstrações financeiras intermediárias comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras intermediárias que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP 295315/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras Intermediárias da DM Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento, para o trimestre e período findo em 31 de março de 2025.

THARIK CAMOCARDI DE MOURA
Diretor e Relações com Investidores

DENIS CÉSAR CORREIA
Diretor Presidente

BRUNO PASCELE PIVA
Controller CRC 1SP 267.093/O-2

CAROLINA CAMACHO DE PAULA
Contador CRC 1SP317067/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos que revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no Relatório sobre a Revisão dos auditores independentes, sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre e período findo em 31 de março de 2025.

THARIK CAMOCARDI DE MOURA
Diretor e Relações com Investidores

DENIS CÉSAR CORREIA
Diretor Presidente

BRUNO PASCELE PIVA
Controller CRC 1SP 267.093/O-2

CAROLINA CAMACHO DE PAULA
Contador CRC 1SP317067/O-7